

EDITORIAL

Revista Educação (v. 42, n. 2, 2019)

ANDREIA MENDES DOS SANTOS 

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.



Prezados leitores,

Neste texto introdutório da revista **Educação** a intenção é recuperar alguns aspectos da pós-graduação no Brasil, considerando essa como um espaço de excelência da pesquisa científica, que objetiva o retorno à sociedade. A começar pelo caráter histórico, sua história não é recente! A trajetória da pós-graduação no País teve início em 1930, através do curso de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, ainda que em moldes semelhantes aos padrões europeus; e, nestes 89 anos, foi necessária uma série de (re)formulações até a construção da atual estrutura de pesquisa e da produção do conhecimento para os avanços da ciência e da tecnologia no Brasil “comprovados, entre outros indicadores, pela 13ª posição na produção científica mundial” (GIANETTI, 2010, *apud* MORITZ, 2011).

Como uma criança dando os seus primeiros passos, foi preciso mais de uma década até que a expressão “pós-graduação” fosse utilizada pela primeira vez, no Artigo nº 71 do Estatuto da Universidade do Brasil, e somente na década de 1950, que começaram a ser realizados os primeiros acordos com países estrangeiros. Através de acordo com os Estados Unidos foi firmada uma série de convênios entre escolas e universidades brasileiras e norte-americanas, que possibilitaram o intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores (SANTOS, 2003; MENDES *et al.*, 2017).

A maturidade também veio com o tempo; para que a atuação da pós-graduação no País fosse regulamentada, foram necessários cerca de 30 anos, e isso ocorreu mediante a associação de duas áreas de uma universidade brasileira: a área de Ciências Físicas e Biológicas e a área da Engenharia, no início da década de 1960, que resultou na criação de uma primeira experiência na coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação, sob a gestão da área da Engenharia (COPPE).

O fato é que esse período até a década de 1960, inspira o reconhecimento de que o Brasil ficou marcado pelo franco período de expansão de universidades com enfoque na pesquisa e disso derivaram o surgimento dos primeiros cursos de mestrado e doutorado no País (OLIVEIRA; FONSECA, 2010, p. 19), através do Parecer nº 977 de 3 de dezembro de 1965, do Conselho Federal de Educação (CFE), conhecido como Parecer Sucupira (NOBRE; FREITAS, 2017). Esse contexto promissor foi ponto do planejamento estratégico do governo Vargas e, assim, foram criadas as fundações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 17 de abril de 1951 e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 11 de julho de 1951, a fim de estabelecer no País um sistema institucional voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico (MENDES *et al.*, 2017, p. 166) o que,

[...] com o reconhecimento da titulação formal, observa-se uma nova ênfase na pesquisa e na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no país, onde se desenvolveu um sistema de avaliação e qualificação dos cursos criados pela comunidade científica que provocaram, rapidamente, a proliferação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Neste processo, o CNPq e a CAPES tornaram-se espaços de excelência para garantir o desenvolvimento tecnológico no país.



Tal organização possibilitou, ao longo do tempo, a criação de Planos Nacional de Pós-Graduação (PNPGs), sendo o primeiro implementado em 1975 e, o último e atual, vigente no período 2011-2020, definindo estratégias e metas para os avanços da Política de Pós-Graduação e Pesquisa no Brasil. Não é foco aqui detalhar tais planos, mas não seria um erro considerar que, destas parcerias e articulações, especialmente entre o CNPq e a CAPES surgiram importantes ações para o fomento da ciência e tecnologia no Brasil. Ademais, é preciso observar que

[...] eles guiaram e contribuíram para moldar o início do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que se tem hoje, e a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), assentando, então, o CNPq junto à Esplanada dos Ministérios na representação da ciência-gênese do CNPq. Do mesmo modo como ocorreu com o CNPq, a FINEP também contribuiu com o Ministério da Ciência e Tecnologia e, desde a última década, tornou-se um dos principais agentes de estímulo e financiamento à inovação tecnológica no país (MENDES *et al.*, 2017, p. 170).

Segundo Balbachevsk (2005), a pós-graduação brasileira encontra-se entre as mais importantes do mundo, impressionando pela sua qualidade e pelo conjunto consistente de políticas que atuam no sentido de ampliar o seu crescimento sem perder a qualidade “legitimada internamente e reconhecida internacionalmente” (MORITZ, 2011, p. 1).

O escopo dos autores aqui considerados tece referência à pós-graduação brasileira como um caso de sucesso, e sinalizam que isso se deve, sobretudo, ao processo de avaliação realizado pela CAPES e às ações de apoio à pesquisa realizadas pelo CNPq, uma vez que tais avaliações (CAPES) vêm permitindo sistematizar o desempenho dos programas de pós-graduação e que as ações de fomento à pesquisa, pelo CNPq, vêm fortalecendo importantes linhas de apoio e colaborando para uma equilibrada distribuição de recursos nas regiões do Brasil. “O sistema de pós-graduação nacional vem se consolidando e expandindo pela existência de financiamento à pesquisa por meio de fundos competitivos, criados pelas agências de fomento nacionais e internacionais” (MORITZ, 2011, p. 2). Ainda que tais fundações contribuem na formação de novos recursos humanos à medida que agem por meio de bolsas de pesquisa e incentivos, como prêmios em concurso aos alunos e instituições que auxiliem esses discentes no cumprimento de suas metas e conclusões.

A pós-graduação é o fato mais positivo da história da educação superior no Brasil (MORITZ, 2011) e deve ser considerada elemento essencial para o progresso e o desenvolvimento do País. Contudo, no horizonte vislumbram-se grandes desafios futuros,

seja nas estruturas das nossas universidades, nas políticas de governo, na internacionalização em curso, no reconhecimento de títulos em universidades estrangeiras, em especial da América Latina e nas diferenças regionais enfrentadas em nosso país (MORITZ, 2011, p. 3).

Pelo exposto, justificamos investimentos na área da Educação. Este número da nossa revista apresenta o Dossiê “Saberes matemáticos nas escolas normais: Brasil, França e Portugal (séculos XIX e XX)” organizado por Elisabete Zardo Búrigo e Andréia Dalcin. São dez artigos especialmente dedicados à temática, que se somam a outros nove que se inscrevem na política editorial de fluxo contínuo da *Educação*. Entendemos que um periódico acadêmico deve se posicionar e se comprometer de forma ativa e responsável com a comunidade científica.

Boa Leitura.

Editora da Revista **Educação**

REFERÊNCIAS

- BALBACHEVSKI, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. *In*: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. <https://doi.org/10.17699/workshopnpt.12.4>
- MENDES, Jussara Maria Rosa; SANTOS, Andréia Mendes dos; WERLANG, Rosângela. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. R. **Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017. ISSN 1982-0259. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p165>. Acesso em: 29 jun. 2019.
- MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana Oliveira; MELO, Pedro Antonio de. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., Florianópolis, 2011. **Anais do [...]**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/26136>. Acesso em: 7 jun. 2019. <https://doi.org/10.17648/qualihosp-2017-69769>
- NOBRE, Lorena Neves; FREITAS, Rodrigo Randow de. A evolução da Pós-Graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **BJPE**, v. 3, n. 2, p. 18-30. ISSN: 2447-5580. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/BJPE>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. A pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. *In*: OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M.; FERREIRA, N. S. C. **Pós-Graduação e avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. Cap 1. p. 15-52. ISBN: 978- 85-7591-147-1. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2011.v8.210>
- SANTOS, Cássio M[iranda] dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. p. 627. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 1 jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/s0101-73302003000200016>

Recebido em: 11/6/2019.

Aprovado em: 18/6/2019.

Publicado em: 8/11/2019.

Endereço para correspondência:

Andréia Mendes dos Santos
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Escola de Humanidades – Programa de Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 15/383 – Partenon
90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil

Autora:

ANDREIA MENDES DOS SANTOS
Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7013-0239>
E-mail: andrea.mendes@pucrs.br